ADunesp viaNET

Nº 60
10/4/2015

Plenária em São Paulo faz indicativos de luta contra a retirada de direitos e a repressão na Unesp

É hora de impulsionar a data-base 2015

A Adunesp realizou nova plenária estadual, desta vez em São Paulo, em sua sede, no dia 9/4. É a quarta deste ano, dando sequência à série de plenárias realizadas em 2014, com o objetivo de debater os temas importantes para a categoria – como a data-base, a avaliação docente, o financiamento da Universidade, entre outros – e também estimular a organização de base nas unidades, aproximando ainda mais os docentes do seu sindicato.

A plenária avaliou o retorno das assembleias de base realizadas até a véspera, que haviam sido convocadas para debater a reação da categoria às portarias 128, 129 e 130 (que suspendem, por tempo inderminado, as carreiras de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como a Bolsa Complemento Educacional), em consonância com a mobilização para a data-base 2015.

A avaliação consensual na plenária é que o cenário exige mobilização e reação por parte da comunidade acadêmica. De um lado, temos os sucessivos casos de repressão na Universidade, contra os três segmentos; por outro, temos a edição (na base da canetada, sem debate nos colegiados e nem com os trabalhadores) de portarias que confiscam direitos, bem como medidas danosas, como a suspensão de quaisquer

contratações (inclusive aquelas para repor aposentadorias, demissões e mortes). Some-se a isso o silêncio do Cruesp frente à solicitação de agendamento de negociações ainda em abril de 2015, conforme acordado entre as partes ao final da greve de 2014.

Diante deste cenário, a plenária indica às subseções da Adunesp que promovam nova rodada de assembleias, até o dia 28 de abril, para avaliar os desdobramentos da data-base 2015 e, também, a proposta de construção de um ato conjunto entre os três segmentos, em 7 de maio, data da próxima reunião do Conselho Universitário. Nesta seção, deverão entrar em votação os recursos que pedem o cancelamento da expulsão de 17 estudantes de Araraquara, pelo fato de haverem ocupado a diretoria da faculdade durante a greve de 2014. Desta forma, a proposta é realizarmos um ato "Contra a repressão e contra a retirada de direitos. Revogação das portarias, já!"

Nova plenária da Adunesp será realizada em 29 de abril, para avaliar o retorno das assembleias e preparar a atividade de 7 de maio, caso aprovada.

A conduta vai se repetir?

No final da greve de 2014, o Cruesp acordou com o Fórum das Seis, formalmente, que iniciaria as negociações da data-base 2015 ainda em abril, para que houvesse tempo para discussão efetiva entre as partes. Considerando que a data-base da categoria é 1º de maio, nada mais natural.

O Fórum das Seis protocolou a Pauta Unificada de Reivindicações 2015 no dia 27 de março, acompanhada de um ofício sugerindo três datas de negociação em abril: dias 6, 13 e 27. Até o momento, não houve nenhum retorno dos reitores.

A história dos anos anteriores vai se repetir? Os reitores pensam em apresentar seu "prato feito" ao F6 somente em maio e, em seguida, abandonar a mesa de negociação?

Portarias: Sindicatos querem audiência

A divulgação de um comunicado da Reitoria no dia 31/3/2015, com o objetivo de explicar a edição das portarias 128, 129 e 130, em nada contribuiu para acalmar a comunidade. Ao contrário.

Baixadas a quatro paredes, sem nenhuma discussão nos órgãos colegiados, as portarias determinaram a suspensão (por tempo "indeterminado") da Bolsa de Complemento Educacional, das promoções no Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento Profissional (ADP) e das promoções referentes ao Plano de Carreira Docente e dos Pesquisadores.

O comunicado da Reitoria não acrescenta nada de novo ao que já foi divulgado: não explica quais são os reais impactos orçamentários das medidas e nem o porquê de os cortes recaírem somente sobre os trabalhadores.

Em seu segundo parágrafo, o comunicado diz que na época em que cada um dos planos de carreira foi aprovado "também ficou decidida a necessidade de que fossem realizadas avaliações de sua eficácia e, se necessário, feitas modificações e readequações à realidade da Unesp e do país".

Ainda segundo o comunicado, "será muito salutar" a discussão de tais alterações aos "órgãos colegiados adequados", ou seja, o CADE (caso dos técnico-administrativos) e CEPE (caso dos docentes).

Ora, se há alterações e melhorias a serem feitas, elas devem ser debatidas nos colegiados adequados e, também, com as representações das categorias. Mas, em hipótese alguma, a suspensão da Bolsa de Complemento Educacional, das promoções no Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento Profissional (ADP) e das promoções referentes ao Plano de Carreira Docente e dos Pesquisadores poderia ser implementada sem que isso aconteça. Evidentemente, trata-se de uma justificativa oportunista.

A Adunesp e o Sintunesp solicitarão o agendamento de audiência com a Reitoria para debater o conteúdo das portarias. Com a palavra, o Sr. Reitor!

ADUNESP Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes-SN

SINTUNESP Sindicato dos Trabalhadores da Unesp

Ofício Conjunto Sintunesp/Adunesp nº 1/2015

São Paulo, 9 de abril de 2015

Prezado Prof. Dr. Edivaldo Domingues Velini,

Considerando os termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp) e a Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) solicitam os seguintes dados:

- Relação nominal dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp que prestam serviços na Reitoria da Universidade e que recebem ou receberam bolsas da Fundunesp nos últimos cinco anos;

- Valor de cada bolsa concedida;

- Título do projeto relacionado a cada bolsa e sua vigência.

Sendo o que tínhamos a solicitar, antecipadamente agradecemos por sua atenção,

Atenciosamente,

Alberto de Souza,
Coordenador Político do Sintunesp

João da Costa Chaves Júnior,
Presidente da Adunesp

Para:
Prof. Dr. Edivaldo Domingues Velini, *Ilmo. Diretor Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp)*

Ofício conjunto Sintunesp/Adunesp, dirigido à Fundunesp, pede informações sobre as bolsas pagas por aquele órgão a membros da Reitoria

Congresso da CSP-Conlutas e 7º CONAD

A plenária da Adunesp aprovou a indicação dos delegados da Adunesp para dois eventos importantes:

- No II Congresso da CSP-Conlutas, a ser realizado de 4 a 7 de junho de 2015, na cidade de Sumaré (SP), a Adunesp tem direito a cinco delegados. Na plenária, já foram indicados os nomes dos professores Antônio Luís de Andrade (Tato), de Presidente Prudente, e Áurea Carvalho Costa, de Rio Claro. A lista será fechada na próxima plenária da Adunesp, agendada para 29/4.

- No 7º CONAD Extraordinário do Andes, marcado para 2 e 3 de maio de 2015, em Brasília, a Adunesp tem direito a um delegado, que será seu presidente, o professor João da Costa Chaves Júnior. A plenária sugere que os delegados ao II Congresso da CSP-Conlutas compareçam ao 7º CONAD na qualidade de observadores. Isso porque o tema do CONAD será justamente a atuação do Andes durante o congresso da Conlutas.

15/4 é dia de luta contra o projeto da terceirização e as MPs 664 e 665. Participe do ato em São Paulo

Num dia de manifestações em todo o país, 8 de abril, o plenário da Câmara dos Deputados votou o projeto de lei (PL) 4.330/2004, que prevê uma drástica ampliação dos processos de contratação por terceirização. Mesmo pressionado pelos protestos, o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), colocou o projeto em votação e conseguiu aprovar seu texto base. Foram 324 votos a favor do texto, 137 contra e 2 abstenções. Os votos contrários foram das bancadas do PT, PSOL, PC do B e de alguns deputados avulsos de outros partidos. As polêmicas serão organizadas na forma de 'destaques' e remetidas para nova votação na próxima semana.

O PL 4.330 permite que as empresas terceirizem até mesmo sua atividade-fim, aquela que caracteriza o seu objetivo principal.

Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considera ilegal a terceirização na atividade-fim do empregador, permitindo-a apenas nas atividades consideradas meio, ou seja, aquelas que, apesar de necessárias, não são inerentes ao objetivo principal da empresa. Se o PL 4.330 for aprovado pelo Congresso, a Súmula 331 deixará de ter vigência.

Jornada de protestos em 15/4

As respostas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais para o mais recente ataque do Congresso Nacional aos direitos trabalhistas devem se ampliar no próximo dia 15 de abril.

Em dia nacional de paralisação, as centrais sindicais (Conlutas, CUT, CTB, Intersindical etc.) se unirão a parceiros dos movimentos sociais para cobrar a retirada do PL 4.330 e das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que alteram as regras do seguro desemprego e outros benefícios previdenciários. **Na capital paulista, o ato está marcado para as 17 horas, no Largo do Batata**.

Terceirização em números

De acordo com o dossiê "Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha", produzido pela CUT e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socieconômicos), em dezembro de 2013, os trabalhadores terceirizados recebiam 24,7% a menos do que os contratados diretos, realizavam uma jornada semanal de três horas a mais e eram as maiores vítimas de acidentes de trabalho.

Repressão na Unesp

Comissão arquiva processo de apuração em Prudente. Atitude evidencia descalabro da medida adotada pela Reitoria

A "Comissão de Apuração Preliminar" instaurada pela Portaria FCT 358/2014, por ordem da Reitoria da Unesp, concluiu que são improcedentes e desprovidas de quaisquer comprovações as "denúncias anônimas" contra sete servidores docentes e um técnico-administrativos do campus de Presidente Prudente. A conclusão da comissão foi divulgada após colher depoimento dos oito citados.

A Adunesp considera importante a decisão da comissão, pois a abertura da "apuração preliminar" comprovou-se absolutamente arbitrária e persecutória, uma clara tentativa de intimidar a comunidade, uma vez que seis dos citados foram membros ativos do comando de greve em 2014, período em que as "denúncias anônimas" foram realizadas.

Embora as referidas "denúncias anônimas" não tivessem qualquer fundamentação, a Reitoria não titubeou em expor os docentes e o servidor, todos de reconhecida dedicação à Universidade. E agora, a Reitoria se redimirá por sua conduta? Divulgará o nome do "denunciante", que se encobriu no anonimato para atacar os docentes e o servidor?